

REUNIAO

## Igeprev esclarece prefeituras sobre contribuições previdenciárias

Encontro reuniu representantes de municípios da região do Baixo Tocantins

Por Cácia Medeiros (IGEPREV)  
20/04/2023 11h15



Corrigir inconsistências no recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores públicos do Estado, cedidos para as prefeituras, foi o tema principal da reunião entre os técnicos da Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização (COAF), do Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev) e representantes dos municípios localizados na região do Baixo Tocantins.

No encontro, realizado na agência do Instituto em Abaetetuba, foram abordadas as implicações que o repasse indevido dos valores recolhidos a outros regimes de previdência social podem causar.



Foto: Divulgação

“Quando, por falta de conhecimento dos agentes municipais, as contribuições descontadas dos servidores públicos estaduais cedidos não são destinadas ao Regime de Previdência Social do Estado (Igeprev), mas para o RPPS do município ou o INSS, os servidores enfrentam muitos transtornos ao requerer a aposentadoria,” explicou Marcelo Rodrigues, coordenador da COAF.

As prefeituras também são afetadas. “Além de arcar com os custos de multas e juros altos, os municípios que deixam de recolher para o RPPS/PA, têm dificuldade para reaver os valores creditados junto ao INSS, que geralmente são devolvidos em pagamentos parcelados. Sem contar o risco de prescrição, que impede o retorno integral dos recursos” reforçou o técnico.

Outro impasse está relacionado às contribuições previdenciárias dos servidores estaduais cedidos, que ocupam cargos eletivos. Os técnicos esclareceram que nesses casos, independente do valor do subsídio do mandato, o recolhimento, obrigatoriamente, é feito com base na remuneração do cargo de origem.

Atualmente, 333 servidores efetivos estaduais estão à disposição dos municípios, sendo 179 municipalizados em atividades de magistério, 136 cedidos para órgãos diversos e 18 exercem mandato eletivo de vereador ou prefeito.

Mensalmente o Igeprev deixa de arrecadar R\$ 240 mil com contribuições não transferidas. Anualmente, o prejuízo é na ordem de R\$ 2.880.000,00. Quando ocorre ausência de arrecadação, os fundos previdenciários, administrados pela autarquia, são atingidos. O Fundo Financeiro de Previdência (FINANPREV), passa a exigir maior aporte do tesouro estadual. Já o Fundo Previdenciário (FUNPREV) perde capacidade de investimento.

“A manutenção dos atuais benefícios e a garantia para os futuros depende da arrecadação. Mantemos uma política atuarial para que o Igeprev sempre tenha um saldo positivo em suas contas. Por isso, é importante que as prefeituras façam os repasses para o RPPS estadual dos descontos previdenciários dos servidores cedidos”, informa o presidente do órgão, Giusseppe Mendes.

O prefeito de Igarapé-Miri, um dos participantes do encontro, considerou o encontro muito esclarecedor. Segundo Roberto Pina, “o repasse equivocado das contribuições prejudica os servidores e expõe os agentes municipais responsáveis pelo recolhimento, situação que não interessa a ninguém.”

A ação de orientação segue até setembro. A próxima ocorrerá em Capanema, no dia 12 de maio.